

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

MERCOSUL E A SUA INFLUÊNCIA NA ECONOMIA BRASILEIRA.

Tatiana Leiras de Carvalho

Matrícula 0115835-7

Orientadora: Sandra Polônia Rios

Dezembro de 2004

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

MERCOSUL E A SUA INFLUÊNCIA NA ECONOMIA BRASILEIRA.

Tatiana Leiras de Carvalho

Matrícula 0115835-7

Orientadora: Sandra Polônia Rios

Dezembro de 2004

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

Tatiana Leiras de Carvalho

ÍNDICE:

Introdução. – (pág 5)

Capítulo 1: As características e um pouco sobre a evolução do Mercosul na última década – (pág 6)

Capítulo 2: As mudanças na economia brasileira e a relação do Brasil com cada país membro nessa última década. – (pág 13)

2.1)Brasil-Mercosul

2.2)Brasil e Argentina

2.3)Brasil e Paraguai

2.4)Brasil e Uruguai

Capítulo 3: As relações internacionais do Mercosul. – (pág 21)

3.1) Mercosul e União Européia

3.2) Mercosul e ALCA

3.3)Mercosul e Chile e Mercosul e Bolívia

Capítulo 4 : As dificuldades de consolidação do Mercosul: a necessidade de uma nova agenda. – (pág 28)

Considerações finais. – (pág 34)

Bibliografia – (pág 35)

Introdução:

Atualmente a economia mundial tem dado grande importância para discussões a respeito do processo de globalização e do desenvolvimento de tecnologias e ao fato de que o futuro de uma região depende da sua capacidade de competir com outros mercados. Por isso, assuntos relacionados ao comércio internacional, principalmente assuntos ligados aos blocos econômicos existentes ou em fase de negociação, já que a integração de um país a um bloco conceituado traz diferentes tipos de benefícios a economia deste, têm ganhado ênfase. O comércio exterior passou a ser um dos principais focos de desenvolvimento de um país. O Brasil, por exemplo, ao integrar-se ao Mercosul, ganhou um significativo peso nas negociações comerciais já que passou a negociar como um bloco econômico, e não mais como um país individual.

Após sua implementação, o Mercosul gerou um aumento nos fluxos de comércio dos países membros tanto interno como externamente. Depois de um certo período de crescimento, o Mercosul começou a apresentar algumas dificuldades para a sua ampliação e consolidação e alguns temas passaram a ter a necessidade de serem discutidos para um melhor aproveitamento desse Projeto de Integração.

Esse estudo irá procurar apresentar a evolução do Mercosul desde a sua criação assim como a sua influência nas economias dos países membros, principalmente na economia brasileira. Além disso, irá apresentar os principais acordos internacionais em que o bloco está envolvido com destaque para as tentativas de negociações com a União Européia e com a ALCA. E, por fim, o trabalho mostrará as dificuldades existentes para a ampliação e consolidação do bloco e as agendas de negociações necessárias para o seu melhor aproveitamento.

Capítulo 1: As Características e um pouco sobre a evolução do Mercosul na última década.

Podemos definir o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) como um processo de integração entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai criado a partir da assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991. O Tratado de Assunção é o instrumento jurídico fundamental do Mercosul. Trata-se de um acordo que não cria um mercado comum, mas define os objetivos do processo de integração e os mecanismos para alcançá-los. O Tratado registra a decisão dos quatro países de ampliar as dimensões de seus mercados nacionais como forma de alcançar uma melhor inserção na ordem econômica internacional, crescentemente marcada pela globalização e a regionalização. Tal processo surgiu em um mundo onde predominava uma onda de globalização que havia sido impulsionada por uma melhoria nas finanças, comunicações e comércio no mundo inteiro.

O Mercosul é um bloco criado a partir das tentativas de aproximação entre Brasil e Argentina. Tais países tinham como objetivo criar um projeto de construção progressiva de um mercado comum bilateral e, com isso, no ano de 1960, foi criada a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), que é considerada o embrião da integração da América Latina e se baseava na política de substituição de importações. Se tentou a liberalização do comércio regional através de negociações e reduções tarifárias progressivas. Porém o projeto não alcançou os resultados esperados devido a, dentre outros fatores, instauração das ditaduras militares no Brasil e na Argentina. Já no ano de 1980, devido ao contexto dos processos de redemocratização política e dos novos esquemas preferenciais existentes, foi criada a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) como sucessora da ALALC, com o objetivo de aprimorar o processo de integração econômica entre os países da América Latina através de acordos parciais de liberalização.

A Constituição do Mercosul foi impulsionada durante a década de 80, período de retorno da democracia no Brasil e na Argentina e do agravamento da dívida externa, através do Programa de Integração e de Cooperação Econômica entre Brasil e Argentina de 1986 que tinha como objetivo a construção de um mercado comum em dez anos, mas que privilegiava uma visão setorial para a integração e modernização industrial. Além disso esses dois países assinaram vários outros Protocolos definindo redução de tarifas e outros temas. E, continuando esse processo de integração foi assinado no ano de 1988 o Tratado

de Integração que correspondia a um processo bilateral de aprofundamento do movimento integracionista , que não tinha por motivação excluir outros parceiros sub-regionais e cuja vocação era o fortalecimento de um centro econômico próprio no contexto sub-regional. Esses acordos pretendiam integrar esses dois países em setores estratégicos , onde as dificuldades seriam solucionadas através de políticas estatais específicas realizadas pelos seus governos nacionais. Essa proposta de integração tinha como um dos principais objetivos amenizar os problemas econômicos num contexto de escassez de financiamento externo. Porém , durante a década de 80 , os dois países passaram a ter que pagar as crescentes obrigações com a dívida externa e, com isso foram implementadas políticas recessivas para controle da inflação e diminuição das importações .

Já na década de 90, o quadro econômico mundial sofreu algumas modificações e o financiamento externo voltou a fazer parte da economia dos países em desenvolvimento. Os anos 90, anos que começaram com o os novos governos de Carlos Menem na Argentina e de Fernando Collor no Brasil, são caracterizados por processos de liberalização comercial e financeira. O início desses dois governos marca uma reformulação do projeto que foi consolidada pela Ata de Buenos Aires em julho de 1990 e que aprofundou e acelerou a integração bilateral. Nesse novo contexto mundial, vários foram os fatores que contribuíram para a criação e consolidação do Mercosul : o fenômeno da globalização, o novo padrão industrial e tecnológico, a formação de megablocos econômicos e a tendência à regionalização do comércio, os impasses do multilateralismo econômico, o esgotamento do modelo de substituição de importações e a busca da competitividade são alguns exemplos.

Nesse ano foi firmado o Tratado de Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiras e Argentina que era parte do conjunto de instrumentos do Programa e tinha como objetivo estimular a integração a longo prazo. Esse projeto atrasou os interesses do Uruguai e do Paraguai e, somente depois de seis meses de negociações, foi assinado, na data de 26 de março de 1991 , o Tratado de Assunção entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai , onde foram definidos os elementos para a criação do Mercado Comum do Sul. Os princípios que nortearam a criação do Mercosul se basearam na livre circulação de bens e serviços e fatores produtivos entre os países membros (seja através da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias ou de qualquer outra medida que tenha efeito equivalente e seja aceita pelos quatro países) ; no estabelecimento de uma tarifa externa comum e na adoção de uma política externa comum em relação a

terceiros países ; na coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais referentes ao comércio exterior, agricultura, indústria, políticas fiscais, monetárias , cambiais, comunicação e outras que se acordem ; e no compromisso de harmonizar as legislações para o fortalecimento do processo de integração. É importante destacar que foi preservada a igualdade de direitos e obrigações entre eles, inclusive no plano da tomada de decisões , a despeito dos diferenciais de peso e importância relativos intra-Mercosul (o Brasil, por exemplo, representa entre 70 a 80% da massa física em termos de território, população, produto bruto e comércio exterior).

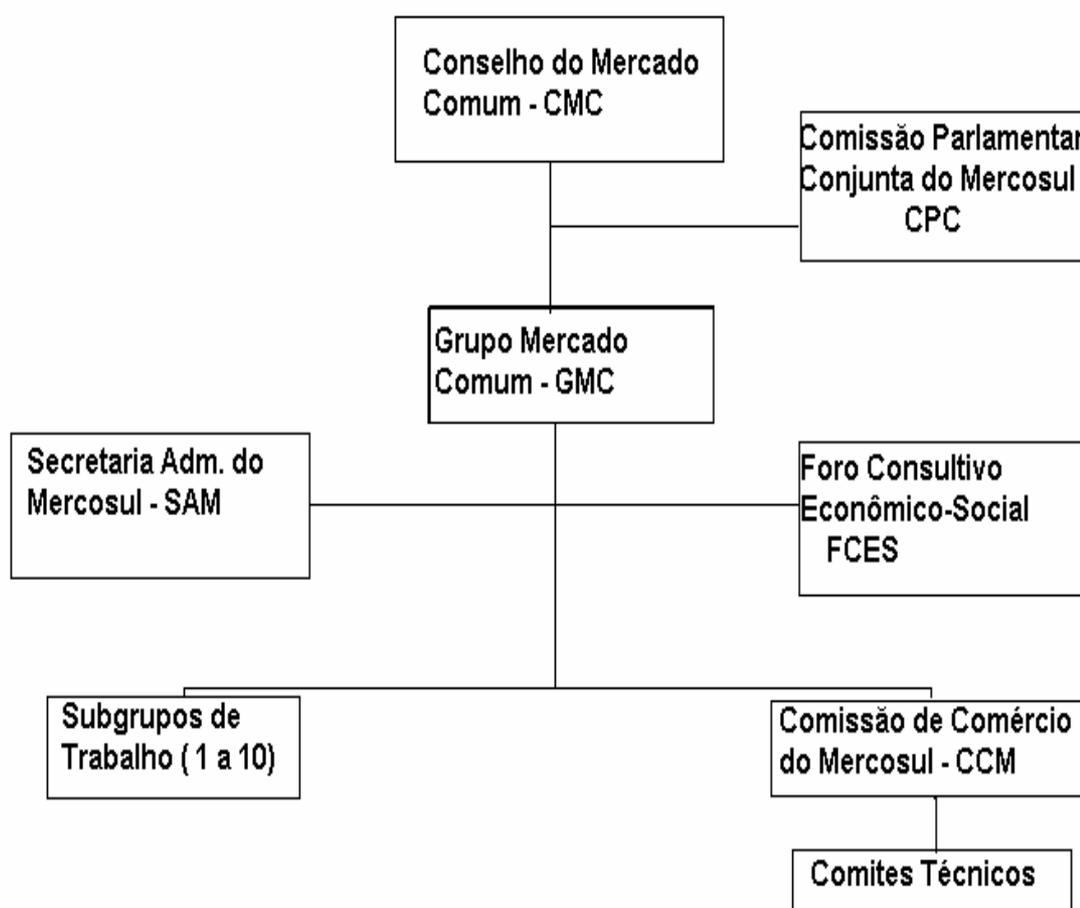
A meta principal era chegar a uma zona de livre comércio (livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos) em 31 de dezembro de 1994 , com exceção para alguns produtos que alcançariam a tarifa zero em 31 de dezembro de 1995 e estabelecer uma tarifa externa comum (TEC). Porém em agosto de 1994 foi reconhecida a impossibilidade do cumprimento dessas datas e assim, foram fixados novos prazos. Já em 1995 cerca de 90% das mercadorias fabricadas nos países membros passaram a ser comercializadas com uma alíquota zero. O restante manteve barreiras tarifárias temporárias que iriam ser reduzidas com o passar do tempo.

A estrutura jurídico-institucional do Mercosul é formada por seis organismos:

- Conselho do Mercado Comum (CMC): considerado o órgão superior do Mercosul pois é ele que conduz a política e toma decisões a respeito do cumprimento dos objetivos e dos prazos estabelecidos.
- Grupo Mercado Comum (GMC): é considerado o órgão executivo do Mercosul cuja função é a de assistir o Conselho nas decisões de natureza executiva e adotar resoluções.
- Comissão do comércio do Mercosul (CCM): é o órgão que tem como função velar pela aplicação dos instrumentos da política comercial comum
- Comissão Parlamentar Conjunta (CPC): é considerado o Parlamento dos países membros, é o canal de representação dos Parlamntos dos quatro países, encaminhando suas propostas as CMC.
- Foro Consultivo Econômico Social (FCES): é um órgão que serve para consultas à sociedade civil e é formado por representantes dos setores econômicos e sociais de cada país membro.

- Secretaria do Mercosul (antiga Secretaria Administrativa do Mercosul-SAM) : é o órgão responsável pela prestação de serviço aos outros órgãos do Mercosul e que facilita o processo de solução de controvérsias na fase arbitral.

A estrutura do Mercosul pode ser representada como mostra o esquema abaixo:



Durante toda a década de 90 o Mercosul passou por fases diferentes de desenvolvimento externo e interno devido tanto ao seu calendário otimista de consolidação do mercado comum, ainda um objetivo não alcançado, como em virtude de processos internos e externos que, em alguns casos, tiveram impactos negativos nos países membros. Analisando essa última década podemos defini-la em três fases: (1) fase de transição que, conforme o próprio calendário terminaria em dezembro de 1994 (como já foi mencionado acima); (2) a configuração institucional da União Aduaneira, iniciada em janeiro de 1995, podendo ser considerada uma “segunda fase de transição” já que seria o tempo adicional para que fossem completados os requisitos de uma zona de livre comércio

completo e de uma união aduaneira acabada ; e (3) uma fase de conjuntura de crise econômica aberta com a desvalorização do real em janeiro de 1999 e a ameaça subsequente de dolarização na Argentina.

Durante o período de 1991 a 1994 , no que se refere a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos a meta acordada para o prazo estabelecido no Tratado de Assunção foi atingida parcialmente em relação à circulação de produtos , ou seja, vários produtos permaneceram nas listas de exceções .Fica claro, então, que o Mercosul não conseguiu atingir uma zona de livre comércio perfeita.. Já em relação a TEC , ela realmente foi definida nos prazos fixados (ou seja, antes de dezembro de 1994) o que, na teoria levaria o Mercosul a ser considerado uma União Aduaneira. Entretanto é importante ressaltar que a implementação da Tarifa Externa Comum também sofreu atrasos temporais e regimes de exceções temporários.

Nessa primeira fase, é preciso mencionar certos pontos que marcaram o desenvolvimento do Mercosul. Essa foi a fase em que os diversos órgãos do Mercosul foram criados e direcionados para a sua principal área de atuação, em que temas relacionados a práticas desleais do comércio (como o dumping e subsídios) e temas relacionados ao regime de origem, solução de controvérsias , cláusulas de salvaguardas e desgravação tarifária são debatidos; em que ocorre a negociação da TEC e aceita-se a existência de uma lista de exceção (para , por exemplo, bens relacionados a informática e de capital) ;em que define-se que todos os órgãos criados são igualitários e as tomadas de decisões se fazem por consenso e em que o Mercosul e a União Européia fazem uma declaração sobre uma futura tentativa de liberalização do comércio entre essas duas regiões.

No período posterior a 1995 (quando foi estabelecido um programa para o término dos objetivos do Tratado de Assunção conhecido como “Mercosul 2000”), o Mercosul permanece sendo uma zona de livre-comércio incompleta, apesar do fato da livre circulação de bens contemplar a quase totalidade da pauta aduaneira, pelo menos em número de itens. Porém, grande parte do comércio intra-regional (senão em volume mas pelo menos em valor) é composta por produtos do setor automobilístico, setor esse que permaneceu à margem da zona de livre comércio durante os primeiros onze anos do Mercosul. Como já foi mencionada, a TEC foi realmente definida nos prazos fixados (antes de 31/12/1994), o que, teoricamente, deveria converter o Mercosul em uma União Aduaneira, mas sua implementação sofreu atrasos temporais e imposições adicionais de

regimes temporários de exceção (listas de exceções nacionais, definidas por cada um dos membros e, portanto, diferenciadas).

Por fim a última fase foi marcada pela crise no Mercosul e por um período onde os efeitos combinados de uma recessão econômica potencial nos EUA e as crises político-econômicas em outras partes do globo, como no Japão, davam a sensação de que o mundo se encaminharia para uma instabilidade econômica. No plano das relações de comércio intrabloco, parecia evidente, desde 1999, que o Mercosul agregava aos antigos contenciosos comerciais entre o Brasil e a Argentina um elemento de “crise psicológica”, ao serem reveladas, pela primeira vez, diferenças fundamentais de opinião entre seus principais parceiros quanto aos destinos do processo integracionista, já que foram adotados diferentes tipos de modelos macroeconômicos pelos respectivos governos na época.

A desvalorização do real em 1999 desencadeou um receio, que se comprovou infundado, de inundação de produtos brasileiros nos mercados vizinhos ou de fuga de capital para o Brasil. Isso fez com que reacendessem demandas protecionistas por parte de setores de menor competitividade nos outros países do bloco (tais como os setores têxtil, papel, calçados e siderúrgicos). Houve, então, uma grande queda no volume do intercâmbio intra-Mercosul, com a redução do saldo comercial até então acumulado pela Argentina com o Brasil. Nessa época também, devido a crise interna da Argentina o atual presidente Menem ameaçou recorrer a dolarização de sua economia e pediu uma moeda única para o Mercosul. Os persistentes problemas políticos e econômicos enfrentados pela Argentina levaram suas mais altas autoridades políticas e econômicas a realizar ataques frontais ao próprio conceito de união aduaneira, num momento em que o futuro do Mercosul era colocado em dúvida.

Ou seja, com a criação do Mercosul os países integrantes expandiram substancialmente o comércio dentro do bloco, tanto aumentando suas importações como suas exportações. Mesmo assim, o Mercosul ainda é pouco significativo se comparado a outros blocos econômicos. Ele participa apenas com mais ou menos 1,7% do comércio internacional e a América Latina com aproximadamente 2,6%, enquanto blocos como a União Européia e o Nafta participam com 38% e 20% respectivamente. Na verdade, muito ainda pode e deve ser feito para converter o Mercosul em verdadeiro bloco comercial e político dotado de perfil e peso próprios na comunidade internacional. Porém, considerando-se os obstáculos e as dificuldades de toda ordem enfrentadas pelos países membros no momento do lançamento do bloco, em 1991, pode-se concluir que os

progressos foram sensíveis e satisfatórios e que o Mercosul avançou razoavelmente bem em seus primeiros treze anos.

Capítulo 2 : As mudanças na economia brasileira e a relação do Brasil com cada país membro nessa última década.

2.1) Brasil-Mercosul.

O comércio Brasil – Mercosul passou por momentos distintos durante essa última década. Os quatro países integrantes experimentaram um crescimento no comércio internacional tanto em relação ao comércio intra-regional como extra-regional. Porém, pode-se afirmar que, apesar dos avanços alcançados no processo de integração, ainda existem diversos fatores que limitam a ampliação do comércio entre os países do bloco. Dentre esses fatores podemos citar a instabilidade do balanço de pagamentos de alguns países, as deficiências de infra-estrutura, especialmente no setor de transporte, as desigualdades internas, as diferenças tecnológicas entre os setores produtivos e a estrutura produtiva dos países são alguns exemplos.

O Mercosul, embora tenha sido um importante vetor de dinamismo do comércio intra-regional, não teve o efeito de desviar correntes de comércio, pois seu comércio extra-regional não apenas cresceu, como houve uma impressionante inversão entre as cifras de importação e as de exportação no período, conseqüência natural da abertura do mercado do Mercosul em contraste com a persistência, e às vezes com o agravamento, de tendências protecionistas nos mercados desenvolvidos. É importante ressaltar que o comércio intra-regional teria apresentado um desempenho ainda mais relevante se não fossem os efeitos gerados pela crise cambial e financeira no ano de 1997, em países asiáticos como a Indonésia e a Coréia do Sul, e no ano de 1998 na Rússia. Além de reduzir drasticamente a liquidez financeira internacional, importante para o processo de estabilização de países como o Brasil essas crises contribuíram para a desaceleração da economia e do comércio mundiais. Essa crise cambial e financeira marca o início de uma etapa de dificuldades para o Mercosul que mais tarde iria ser agravada pela desvalorização do real no ano de 1999.

O Brasil começa o seu processo de abertura comercial somente no final dos anos 80, ainda na administração do presidente José Sarney, e acelera-se definitivamente durante a experiência de Fernando Collor de Mello. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso manteve o ritmo da abertura. A abertura comercial brasileira tinha como principais objetivos submeter a economia brasileira a um “choque de competitividade”. Isso porque as empresas passariam a buscar formas mais eficientes de produção, a importação de bens e de tecnologias essenciais para a modernização do parque industrial

passaria a ser mais fácil e essa abertura comercial serviria como um fator de contribuição para o controle da inflação. Além disso o Mercosul serviria também para reforçar a estabilidade nacional.

O Mercosul corresponde, portanto, a uma estratégia mais geral de reestruturação da economia brasileira. Da mesma forma, o seu efeito em termos de incremento do volume do comércio entre os países membros é bastante significativo. Portanto, faz-se necessário adotar medidas que visem diminuir as diferenças existentes entre os países-membros do bloco, objetivando diminuir os obstáculos, ainda presentes, no processo de amadurecimento da integração econômica. Do ponto de vista da estratégia brasileira, existe uma clara intenção de estender o processo de integração para além dos 4 países membros do Mercosul, possibilitando gradativamente uma melhor coordenação com outros espaços comerciais. Foi com esta perspectiva que o Brasil lançou, em 1993, a iniciativa de criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA). Esta estratégia "gradualista" decorre de uma metodologia que propõe a construção da integração a partir da convergência gradual dos diversos esquemas sub-regionais existentes ("building blocks"). Com isso estaria preservado o interesse brasileiro na integração hemisférica, sem prejuízo da prioridade atribuída à consolidação do Mercosul.

Para o Brasil, o impacto do Mercosul pode ser avaliado pelo aumento das nossas exportações durante o período chamado de transição. Por exemplo, as exportações brasileiras para a Argentina, o Uruguai e o Paraguai elevaram-se de US\$1,3 bilhões, em 1990, para US\$5,9 bilhões, em 1994, representando um acréscimo da ordem de 350%. No mesmo período, as exportações totais do Brasil cresceram em apenas 38,5%. Porém, com a estabilização da economia brasileira e com a valorização do Real, a partir de julho de 1994 houve uma importante mudança na balança comercial brasileira. Até meados de 1994, o Brasil vinha acumulando superávits significativos com os demais países do Mercosul, chegando a US\$ 2 bilhões em 1993. Este quadro é revertido com o Plano Real. Somente com a Argentina, durante o primeiro semestre de 1995, o Brasil acumulou um déficit comercial de US\$ 900 milhões.

No período de 1995 a 2000, o saldo da balança comercial entre o Brasil e o Mercosul permaneceu deficitário. As exportações do Brasil para o Mercosul cresceram 30,6%, enquanto suas importações cresceram 70,1%. A tabela abaixo ilustra a evolução do comércio brasileiro no Mercosul durante esse período.

Intercâmbio Comercial Brasileiro com os Países do Mercosul, 1995-2000 (US\$ milhões – preço FOB)

Anos	Argentina			Paraguai			Uruguai			Total		
	Exp	Imp	Sald	Exp	Imp	Sald	Exp	Imp	Sald	Exp	Imp	Sald
			o			o			o			o
1995	4.04	5.59	-	1.30	515	786	812	738	74	6.15	6.84	-690
	1	1	1.55	1						4	4	
			0									
1996	5.17	6.80	-	1.32	552	773	811	944	-133	7.30	8.30	-996
	0	5	1.63	5						5	1	
			5									
1997	6.77	8.03	-	1.40	518	889	870	967	-97	9.04	9.51	-470
	0	2	1.26	7						7	7	
			2									
1998	6.74	8.03	-	1.24	351	898	881	1.04	-161	8.87	9.42	-549
	8	4	1.28	9				2		8	7	
			6									
1999	5.36	5.81	-448	744	260	484	670	647	23	6.77	6.71	59
	4	2								8	9	
2000	6.23	6.84	-610	832	351	481	669	602	67	7.73	7.79	-62
	3	3								4	6	

Fonte: Sistema Alice/MDIC

As conjunturas externa e interna tiveram impactos sobre a balança comercial brasileira. Já em relação aos anos 2001 e 2002 e tendo como referência o intercâmbio global, nota-se que houve na balança comercial brasileira um decréscimo nas exportações de 13.39% em relação a 2001. As importações acompanharam a mesma tendência de queda, sofrendo um decréscimo de 22.59%.

O Mercosul atuou, em seus primeiros onze anos, como uma espécie de mecanismo anticíclico no plano das conjunturas econômicas, servindo o Brasil, aliais, como provedor de saldos comerciais para os seus parceiros.

O Brasil conduziu sua atuação no Mercosul, em 2003, com base nos princípios de flexibilidade e tratamento de assimetrias existentes entre os Estados Partes, com vistas a acelerar a negociação e a conclusão de importantes instrumentos normativos, nos campos econômico, comercial e social. Com isso as exportações e as importações brasileiras para os outros três países membros do Mercosul aumentaram nesse ano (no total, as exportações do Mercosul subiram em 19%, em particular devido ao Brasil). E, depois da queda registrada em 2002 por causa das crises da Argentina, Brasil e Venezuela, as importações desse bloco comercial se recuperaram também em 2003, de acordo com o relatório da

Organização Mundial do Comércio(o aumento foi na ordem de 10% no Mercosul , também com destaque para o aumento das importações brasileiras).



EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO ENTRE BRASIL E DEMAIS PAÍSES DO MERCOSUL
Série Histórica

US\$ milhões FOB

ANO	ARGENTINA			PARAGUAI			URUGUAI			TOTAL MERCOSUL		
	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1970	186	148	38	11	1	10	31	11	20	228	160	68
1975	383	239	144	118	27	91	88	64	24	589	330	259
1980	1.092	767	335	409	91	318	311	196	115	1.812	1.044	768
1985	548	469	79	302	75	227	140	140	0	990	684	306
1990	645	1.400	-755	380	333	47	295	587	-292	1.320	2.320	-1.000
1995	4.041	5.091	-1.050	1.301	515	786	812	738	74	6.154	6.844	-690
1996	5.170	6.805	-1.635	1.325	552	772	811	944	-133	7.305	8.302	-996
1997	6.770	8.032	-1.262	1.407	518	889	870	967	-97	9.047	9.517	-470
1998	6.748	8.034	-1.286	1.249	351	898	881	1.042	-162	8.878	9.428	-549
1999	5.364	5.812	-448	744	260	484	670	647	23	6.778	6.719	59
2000	6.233	6.842	-609	832	351	480	669	602	67	7.733	7.795	-62
2001	5.003	6.206	-1.204	720	300	420	641	503	138	6.364	7.009	-646
2002	2.342	4.747	-2.405	558	383	175	410	485	-74	3.311	5.615	-2.304
2003	4.561	4.673	-112	707	475	232	404	538	-134	5.672	5.686	-14
Jan/ 2004	443	387	56	53	24	29	38	41	-2	535	462	82

Fonte: SECEX

Elaboração: AEB



Em relação ao ano de 2004, o comércio brasileiro com o Mercosul registrou elevado crescimento no período de janeiro a abril, revertendo o déficit registrado pelo Brasil em anos anteriores no mesmo período. O saldo comercial passou de um déficit de US\$ 531 milhões, em 2003, para um superávit de US\$ 536 milhões, em 2004, segundo dados do governo. Mas é importante destacar que essa mudança deveu-se ao aumento neste ano das exportações brasileiras para o Mercosul, que saltaram de US\$1,3 bilhão, no primeiro quadrimestre de 2003, para US\$ 2,4 bilhões, em igual período de 2004, o que

representa um crescimento de 77%. Já as importações do Mercosul permaneceram praticamente inalteradas.

Analisando a pauta brasileira de exportação vemos que ela possui uma variedade relativamente grande de itens, associada à estrutura produtiva diversificada da economia brasileira. O Brasil exporta para o Mercosul ,predominantemente, produtos manufaturados. Já as suas importações são, na maioria, produtos primários ou semi-elaborados. Deve-se ressaltar o caráter semelhante das pautas, pois as mesmas apresentam, produtos como outros veículos, reatores nucleares e maquinaria elétrica

Tabela 3. Exportações e Importações de Produtos Brasil-Mercosul, 2001

<i>Pauta de Produtos</i> <i>Exportação</i>	<i>(%)</i>	<i>Pauta de Produtos</i> <i>Importação</i>	<i>(%)</i>
87 - Outros veículos	14,00	87 - Outros veículos	21,79
84 - Reatores nucleares	11,64	27 - Combustíveis minerais,	15,84
85 - Maquinaria elétrica	7,91	10 - Cereais	15,49
39 - Plásticos e suas obras	5,66	39 - Plásticos e suas obras	5,45
48 - Papel e cartão	5,60	84 - Reatores nucleares	4,20
72 - Ferro e aço	3,01	85 - Maquinaria elétrica	2,44
73 - Obras de ferro e aço	2,83	12 - Sementes e frutos oleaginosos	2,02
64 - Calçados	2,66	29 - Produtos químicos orgânicos	2,01
29 - Prod. quím. orgânicos	2,64	7 - Vegetais comestíveis	1,93
40 - Borracha e suas obras	2,58	4 - Leite e laticínios, ovos de aves, mel	1,89

Fonte: MDIC – Sistema Alice

2.2) Brasil e Argentina

Dentre todos os membros do Mercosul, podemos afirmar ser a Argentina o maior parceiro comercial do Brasil. Considerando os anos de 1990 e 1999, o crescimento das vendas externas brasileiras para a Argentina chegou a 732% (de US\$ 645 milhões para US\$ 5,4 bilhões). As compras brasileiras oriundas da Argentina expandiram-se, por sua vez, de US\$ 1,4 bilhão para US\$ 5,8 bilhões, correspondendo a um aumento de 315%. Como foi mencionado, o comércio intrazona, no período 1992/97, cresceu a taxas superiores ao intercâmbio com outros países e como o Brasil e a Argentina são os países com maior população, produto interno (PIB) e níveis de industrialização, o eixo do intercâmbio comercial intra-Mercosul é o comércio entre estes países, proveniente, em grande parte, do comércio intra-setorial e intra-industrial Conseqüentemente, o padrão de intercâmbio intrazona apresenta uma clara inclinação para a complementação produtiva entre estes parceiros. Observa-se que a instalação de empresas brasileiras e argentinas nos

países parceiros, principalmente, nos setores automobilístico, de alimentos e de bebidas, contribuiu sobremaneira para aumentar a interdependência econômica intrazona.

No ano de 1991, devido ao plano de convertibilidade da Argentina, os dois maiores sócios do bloco passaram a conduzir diferentes tipos de políticas econômicas (enquanto o Brasil se baseava em uma economia com câmbio flexível, a Argentina tinha como base um câmbio fixo). Durante o período de 1991 a 1994 (ano marcado pela realização da assinatura do Tratado de Ouro Preto), a Argentina apresentou um crescimento econômico superior ao do Brasil, e, devido a isso o Brasil pode obter um saldo positivo na sua balança comercial. Já quando houve a introdução do Plano Real, a flexibilidade da taxa de câmbio diminuiu e a economia brasileira apresentou um crescimento.

Então, no período de 1995 a 1998, o Brasil acumulou déficits comerciais expressivos com a Argentina (cerca de 6 bilhões de dólares). Após a desvalorização do real em 1999, amplos setores da sociedade da Argentina exigiram precipitadamente a adoção imediata de medidas para conter a ameaça (assim percebida) de um incremento exponencial nas exportações de produtos brasileiros. Os dois governos reagiram de forma ao mesmo tempo sensata e firme, estabelecendo uma série de procedimentos para evitar desequilíbrios e manter o monitoramento do intercâmbio. O Brasil deixou claro que não poderia aceitar medidas unilaterais e o governo argentino adotou várias medidas protecionistas. Cabe assinalar que a Argentina, que se colocava entre os dez maiores mercados compradores/fornecedores, ganhou posições no ranking de exportação e importação brasileiras, ocupando, nessa época, o segundo lugar, superada apenas pelos Estados Unidos.

Considerando os anos de 2000, 2001 e 2002 as vendas externas brasileiras para a Argentina retraíram-se chegando a -19,74% (passando de US\$6,2 bilhões, para US\$ 5,0 bilhões). As compras brasileiras oriundas da Argentina caíram, por sua vez, US\$ 6,8 bilhões para US\$ 6,2 bilhões, correspondendo a uma queda de -9,27%. Cabe assinalar que a Argentina, que se colocava em segundo lugar no mercado de maiores compradores/fornecedores como foi citado acima, não perdeu posição no ranking de exportação e importação brasileiras. Mesmo assim o grau de participação do intercâmbio comercial do Brasil com a Argentina decresceu.

Nos anos de 2003 e 2004(até abril), apesar da Argentina ter adotado medidas unilaterais, impondo restrições voluntárias de exportações pelo Brasil, como em relação aos eletrodomésticos, houve um aumento das exportações brasileiras, isso porque a venda

dos produtos brasileiros no mercado argentino está diretamente relacionada ao processo de retomada da produção industrial da Argentina., então, com a retomada do crescimento da economia Argentina, sua participação cresceu de 6,6% para 7,6% em relação ao comércio nacional brasileiro, mas ainda está aquém do desempenho de 2001. Mesmo assim, nesse período o comércio com a Argentina representou mais de 80% do comércio com os países do Mercosul. Entre os produtos que lideram a exportação para a Argentina estão automóveis e autopeças, máquinas e equipamentos mecânicos, além de bens de capital e matérias-primas, como minério de ferro. Já com relação a pauta brasileira de importações provenientes da Argentina, o trigo, como é tradição, foi o principal produto importado da Argentina.

É fundamental ter em mente, contudo, que a relação com a Argentina, em especial, não pode ser vista apenas como uma contabilidade de compra e venda. Brasil e Argentina hoje se percebem mutuamente como parceiros essenciais para a realização de seus respectivos projetos nacionais.

2.3) Brasil e Paraguai

O comércio entre Brasil e Paraguai apresentou, do lado da importação, uma redução de 22%, na comparação 1999/90 e aumento de 96% no que se refere à exportação. Ou seja, a balança comercial brasileira ficou superavitária durante esse período. É importante destacar que o comércio com o Paraguai também foi influenciado pelos efeitos das crises internacionais de 1997 e 1998, o que ocasionou uma retração nas trocas de bens. Com relação à exportação, a redução das vendas externas ao Paraguai, em 1999, está também ligada à aplicação, a partir desse ano, de imposto de exportação nas vendas de cigarros, principal produto da pauta brasileira ao Paraguai nessa época, para países limítrofes e Caribe.

Já entre os anos 2000-2001-2002, o comércio entre esses dois países apresentou, do lado da importação uma redução de 14,57%, e a mesma tendência de redução foi seguida pela exportação, que apresentou uma queda de 13,42%. Tal redução comercial entre os dois países era um retrato da crise vivida pelo Mercosul

E, nos últimos dois anos, 2003 e início de 2004, seguindo a tendência da relação brasileira com os outros países do Mercosul, tanto as exportações como as importações apresentaram um crescimento resultando num aumento de fluxos comerciais entre os dois países.

2.4 Brasil e Uruguai:

E, completando os países do Mercosul, o comércio Brasil-Uruguai também apresentou um crescimento importante no período de 1990 a 1999. As exportações brasileiras para o Uruguai aumentaram 127%, ao passarem de US\$ 295 milhões para US\$ 670 milhões nesse período e as importações, em equivalente período, cresceram 10%, para 647 milhões. Este resultado é considerado modesto, se tomar-se em conta o ano de 1998, período de maior fluxo comercial entre os dois países, quando as exportações chegaram a US\$ 881 milhões, 198% acima de 1990, e as importações, US\$ 1,042 bilhão, 78% superior ao mesmo ano.

No que se refere às exportações brasileiras para o Uruguai, cresceram, sobretudo, no período 1990/99, as vendas dos seguintes grupos de produtos,: veículos automóveis e partes (22%); máquinas e equipamentos mecânicos (116%) e instrumentos e aparelhos elétricos (63%).E , no que se refere as importações oriundas do Uruguai, experimentaram elevação em produtos como cereais (16%), leite e laticínios (240%), plásticos (144%), veículos automóveis e partes (3.900%).

Nos dois anos seguintes, ao contrário do que vinha ocorrendo e, confirmando a então crise do Mercosul, tanto as importações como as exportações diminuíram. As exportações brasileiras para o Uruguai apresentaram uma queda principalmente em produtos como cana de açúcar, móveis de madeira e calçados de couro natural . Porém, apesar de na totalidade ter diminuído as exportações, certos setores apresentaram um crescimento importante, tais como: couro/pele , camisetas e açúcar de beterraba. Já as importações apresentaram uma diminuição principalmente nos setores referentes a carnes desossadas de bovino, outras peças desossadas também de bovinos e óleos essenciais. Em contrapartida, aumentaram as importações de livros e impressos , óleos essenciais de limão e outros.

Os anos de 2003 e início de 2004 e, voltando a repetir o que aconteceu com o comércio com os outros países, também apresentaram algum crescimento tanto nas exportações como nas importações.

Vimos que o comércio brasileiro apesar de conceder importâncias diferentes a cada país membro do Mercosul (sendo a Argentina o principal deles), seguiu mais ou menos um ciclo comercial com os três países. Além disso, através dos diversos exemplos citados durante esse capítulo, percebemos a variação tanto da pauta de exportação como de importação, e, apesar de o Mercosul ainda apresentar diversos problemas econômicos ele é um importante projeto de integração para a economia brasileira.

Capítulo 3: As relações internacionais do Mercosul

Antes mesmo da oficialização do Mercosul, os quatro países membros já negociavam acordos com parceiros externos .

Nos últimos anos, especialmente na última década de 90, as relações internacionais tornaram-se muito intensas, sobretudo no que diz respeito ao comércio .Em dezembro de 1994, através do reconhecimento do Protocolo de Ouro Preto foi atribuída ao Mercosul a competência para negociar, em nome próprio, acordos com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. Com isso os quatro países aumentaram os seus poderes de barganha nas tomadas de decisões externas, o que ajudou a obter melhores resultados para as suas economias.

Como esses acordos constituem um importante fator de atração de capitais estrangeiros, bem como um instrumento relevante de avaliação da estabilidade jurídica e institucional do país receptor fica claro que o desempenho das negociações do Mercosul com terceiros é de grande interesse para os quatro países. Além disso, tais acordos internacionais possibilitariam uma melhoria das condições de acesso dos bens e serviços dos integrantes do Mercosul a seus mercados e, um bom desempenho das exportações para o resto do mundo reduziria a vulnerabilidade das economias nacionais em relação aos ciclos financeiros internacionais. Ou seja, o comércio com países fora do bloco é uma condição essencial para reatar o crescimento sustentável de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Mas o Mercosul vem enfrentando problemas estruturais em relação a ampliação do seu comércio externo, tais como a baixa taxa de crescimento da América Latina e o protecionismo dos países desenvolvidos principalmente nos setores em que o Mercosul é mais competitivo. Além disso ele apresenta dificuldades na manutenção de sua unidade nas suas negociações externas, isso porque ainda existem diversos acordos individuais dos próprios países do Mercosul com terceiros que impedem que novas negociações sejam tomadas levando em consideração somente o Mercosul como um todo. Outro fator que atrapalha a coordenação dos países membros nas negociações externas do bloco é o fato de que o Mercosul adota um sistema de elaboração de propostas no qual cada país membro têm autonomia para elaborar uma pauta própria e depois buscar conciliá-la com as pautas dos outros três países, e, em casos onde ocorram divergências nas pautas opta-se pelo maior prazo estabelecido (beneficiando países menos desenvolvidos e que não conseguem

competir e prejudicando países que apresentam um melhor desenvolvimento como é o caso do Brasil) o que dificulta avanços com os EUA e com a União Européia, por exemplo, que são mercados que desejam ter acesso rápido aos mercados do Mercosul. Ou seja, os próprios confrontos entre os quatro países prejudicam o processo com os blocos externos.

Apesar das dificuldades, o Mercosul vem tentando estabelecer diversos acordos internacionais com parceiros considerados importantes economicamente para o bloco. Muitas negociações , porém, ainda estão em aberto, como é o caso da negociação com a União Européia e a ALCA.

3.1) Mercosul e União Européia.

No acordo com a União Européia, o Mercosul prioriza as relações econômicas, comerciais, políticas e de cooperação e se baseia em um desenvolvimento de livre comércio entre os blocos, numa liberalização comercial bilateral de forma gradual e recíproca , sem excluir nenhum setor e conforme as regras da OMC, e no princípio do compromisso único. Apesar do Mercosul ser um mercado muito pequeno como destino dos produtos europeus (somente 2% mais ou menos do total exportado pela União Européia), os países europeus têm interesse em negociar com o Mercosul. Isso ocorre porque a União Européia não quer que ocorram desvios de comércio decorrentes da criação da ALCA, porque o Mercosul é um bloco que apresenta um modelo de integração semelhante ao europeu, porque a Europa já perdeu alguns mercados como o México (devido a Nafta) e porque ela tem interesse que seus produtos manufaturados e de bens de capital entrem no Brasil pois grandes empresas situam-se na Europa. Além disso a Europa se preocupa com a proteção do investimento (uma vez que ela é um grande investidor no Brasil) , com o setor de serviços e com assuntos relacionados às compras governamentais do Mercosul.

Já o interesse brasileiro e do Mercosul é facilmente explicado quando analisamos a composição das exportações. A União Européia nesses últimos anos superou inclusive a participação dos Estados Unidos. As exportações do bloco se baseiam , principalmente, em produtos básicos, especialmente agrícolas (por isso a grande preocupação do Brasil em relação a liberalização do setor agrícola europeu, setor esse que é beneficiado por subsídios e barreiras, como quotas, impostas aos produtos estrangeiros devido a existência de uma Política Agrícola Comum da União Européia. Tal política concede subsídios através de uma política de preços mínimos e de transferências para produtores independentes da quantidade produzida. Além disso também dá subsídios às exportações através da redução do excesso de estoques.). É importante destacar, porém, que os semimanufaturados e os

manufaturados também são produtos com grande importância na nossa pauta de exportação em relação a Europa. Tais produtos também apresentam diversos problemas para entrar no mercado europeu já que sofrem forte concorrência dos países europeus que não fazem parte do bloco e de países como a China e a África do Sul que , por já terem assinado acordos de preferência tarifária, possuem tarifa zero para os seus produtos.

Então, o objetivo do Mercosul ao negociar com a União Européia se basearia em quatro pontos: redução das barreiras ao acesso dos produtos agrícolas e agroindustriais no mercado europeu, em uma melhora ao acesso aos mercados em relação a alguns produtos industrializados (como têxteis que, principalmente após a entrada dos novos membros na União Européia, passou a ser um setor mais competitivo), em uma redução dos subsídios concedidos à produção agrícola européia e às exportações , e, em um nivelamento do Brasil com os principais concorrentes que já conseguiram obter algum tipo de facilidade através de algum acordo.

Provavelmente a consolidação de um acordo entre esses dois blocos traria grandes benefícios para alguns produtos do setor industrial (já que a vantagem existente por parte dos competidores brasileiros seria eliminada e os preços dos produtos nacionais diminuiria) mas , principalmente, traria grandes oportunidades de crescimento para os setores agrícolas e agroindustrial brasileiros.

O Mercosul e a União Européia assinaram, em dezembro de 1995, o "Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação", com objetivos de aproximação e cooperação nas mais variadas áreas (comércio, meio-ambiente, transportes, ciência e tecnologia e combate ao narcotráfico, entre outros).

Em 1998, logo após o lançamento das negociações da ALCA , a Comissão Européia adotou recomendação ao Conselho para a obtenção de mandato para negociar uma associação inter-regional com o Mercosul. O projeto aprovado contemplava o desenvolvimento de parceria política, o reforço de atividades de cooperação e a criação de uma zona de livre comércio que deveria considerar a sensibilidade de certos produtos e respeitar as regras da OMC. O debate em torno da Recomendação gerou controvérsias na UE, verificando-se oposição sobretudo da França, que apresentou restrições relacionadas a uma eventual abertura do mercado agrícola europeu a produtos do Mercosul.

Então, em junho de 1999, os Chefes de Estado e de Governo do Mercosul e Chile e da União Européia, lançaram negociações sobre liberalização comercial entre Mercosul e

UE e Chile e UE. O encontro estabeleceu alguns princípios para as negociações. Estas deveriam ser abrangentes, ou seja, cobririam os setores agrícola, industrial e de serviços.

Em julho de 2001 os negociadores do Mercosul e da União Européia reuniram-se e a UE apresentou ao Mercosul uma oferta tarifária visando uma liberalização recíproca e progressiva de todo o comércio, sem exceção de nenhum setor, num prazo de dez anos.

Em relação ao comércio de bens o cronograma da U.E. para a redução de tarifas foi o mesmo tanto para os produtos industriais como para os produtos agrícolas, de pesca e agrícolas processados. Os produtos foram classificados por categorias: categoria A = produtos que alcançarão tarifa zero imediata, categoria B são os produtos cuja $t=0$ seria alcançada em quatro anos, categoria C seriam produtos cuja $t=0$ seria alcançada em 7 anos e categoria D em 10 anos. Além dessas teria também a categoria E onde estariam os produtos que não alcançariam $t = 0$ (seriam as exceções). Nessa última categoria se encontram os principais produtos brasileiros.

O Mercosul, por outro lado, tinha um cronograma mais protecionista do que o da U.E. já que ele deixa a maior parte da liberalização para o final do período, além de que a maior parte dos produtos europeus também estão na cesta E que é a mais conservadora. Para o Brasil, a negociação com a U.E. deveria abranger todos os tipos de direitos tarifários, medidas não tarifárias, subsídios e medidas de apoio interno. Além disso a negociação também deveria ter uma cláusula de desenvolvimento que permitisse a criação de novas tarifas para bens que, no futuro, viessem a ser produzidos no Mercosul; deveria ter regras específicas que preservassem interesses do Mercosul frente a novos membros que possam vir a entrar na U.E.(o Brasil não conseguiu que isso fosse aceito); deveria negociar acordos sobre normas técnicas, medidas sanitárias e fitossanitária dentre outros.

Para tentar chegar a um acordo, ambos os blocos fizeram suas ofertas. Porém o Mercosul não apresentou ofertas de acesso a mercados de compras governamentais (tema de grande importância para a Europa) e apresentou uma proposta considerada insuficiente pela U.E. em relação ao setor de serviços. Já a U.E. fez propostas sobre o setor agrícola com a condição de que o Mercosul passasse a funcionar como uma União Aduaneira. A oferta agrícola européia se baseava em quatro elementos: produtos que teriam tarifas totalmente liberalizadas, produtos que teriam preferências fixas (produtos industrializados), produtos sujeitos a quotas, como carnes, leite e soja (o que a Europa estava propondo nessas quotas era um aumento que fosse compensado pelos produtos que o Mercosul conseguisse extra-cota. Isso porque os europeus tinham medo de que o seu mercado fosse

inundado por produtos brasileiros e por isso queriam limitar a quantidade), e produtos que estariam excluídos do acordo (como o caso do açúcar ou de produtos que apresentassem mais de 70% de açúcar na sua composição).

Como as ofertas de ambos os blocos não foram satisfatórias para o outro, o acordo entre os dois blocos não pode ser concluído na data estipulada(31 de outubro). Muitos assuntos, como em relação a área de serviços , ainda estão em aberto e novas reuniões estão sendo feitas para que se chegue a uma conclusão final.

Além da U.E. , outro assunto internacional que envolve o Mercosul diz respeito a relação entre o Mercosul e a ALCA.

3.2) O Mercosul e a ALCA.

Em dezembro de 1994, chefes de Estado e de governo de trinta e quatro países das Américas reuniram-se na Reunião de Cúpula de Miami, onde se lançou a idéia de iniciar-se a negociação de uma Área de Livre Comércio da Américas (ALCA) com previsão de conclusão em 2005. Já em abril de 1998 ocorreu a Iª Cúpula das Américas, em Santiago, Chile. Esta Cúpula marcou o início efetivo das negociações.

Como afirma o cientista político Paulo Roberto de Almeida, o Mercosul, com todos os seus problemas de união aduaneira imperfeita e de zona de livre comércio inacabada, apresenta-se como um dado da realidade econômica e política da América do Sul, ao mesmo tempo em que representa um processo real de aproximação de posições entre países que já partilham de uma história comum. A ALCA, por sua vez, é uma hipótese de trabalho, ao mesmo tempo em que a expressão de um processo negociador que se apresenta como de difícil realização, por envolver nações de tradições diversas e que seguiram itinerários contrastantes ao longo do tempo. O Mercosul emerge como um exercício de convergência de interesses entre países situados, grosso modo, num mesmo patamar de desenvolvimento econômico e social, a despeito de diferenças de tamanho entre eles. A ALCA tenciona nivelar o terreno entre economias e sociedades ostentando enormes diferenças estruturais entre si, uma vez que confronta a principal potência planetária, de fato a única superpotência existente, a três dezenas de outros países.

Em princípio, ALCA e Mercosul são plenamente compatíveis entre si e até complementares, uma vez que os esquemas de livre-comércio, mesmo baseados em processos negociais autônomos e independentes, tendem a se reforçar mutuamente e a produzir eficiências dinâmicas que potencializam os ganhos alocativos. Porém, pode-se argumentar que uma zona de livre-comércio maior tende a absorver e a diluir a menor. Por

isso a ALCA representa um enorme desafio para a continuidade e para a afirmação da personalidade do Mercosul.

As negociações para a ALCA fazem parte de uma tendência mundial rumo à liberalização comercial e abertura gradual de mercados. A sua consolidação contribui ainda para a idéia de que a formação de blocos regionais seja a melhor forma de inserção competitiva no mercado global. Isso porque várias são as vantagens da queda de barreiras comerciais: melhor divisão e especialização internacional do trabalho, alocação mais eficiente dos fatores de produção, otimização das vantagens comparativas, queda de preços e conseqüente aumento de bem estar para o consumidor. Além disso a liberalização comercial induz o aumento de produtividade ao patrocinar a importação de know-how, técnicas de gerenciamento e investimentos diretos. A agenda da Alca certamente coloca desafios aos países do Cone Sul, em especial no que se refere aos diferenciais de competitividade nos diferentes setores que serão presumivelmente incorporados ao esforço liberalizador hemisférico (serviços, compras governamentais, investimentos, por exemplo).

O Governo brasileiro tem acompanhado as negociações da ALCA de forma atenta e com cautela, levando em conta os interesses da sociedade em geral, bem como respeitando a prioridade de aprofundamento e consolidação do Mercosul. Com o fortalecimento deste, o processo de negociação da ALCA dá-se de forma mais igualitária entre os países, mesmo havendo entre eles diferenças sócio-econômicas. Por isso, é consenso que a negociação não deva ser precipitada nem acelerada. Um cronograma consistente de liberalização de importações e desgravação tarifária deve ser implementado de forma gradual e respeitosa aos interesses econômicos de todos os países. Também há consenso no sentido de que as desgravações tarifárias na área de produtos industriais devem ser feitas com a devida cautela para não inviabilizar amplos setores da indústria brasileira. No setor industrial cresce a consciência de que há necessidade premente de aumentar a competitividade industrial brasileira. Cabe ao Governo atuar de forma conjunta com a iniciativa privada para reduzir o "custo Brasil".

3.3) O Mercosul e o Chile e o Mercosul e a Bolívia:

Outras dois acordos que cabe citar são os acordos entre o Mercosul e o Chile e o Mercosul e a Bolívia. Em relação ao Chile, foi assinado em 25 de junho de 1996 o Acordo de Complementação Econômica que previa o estabelecimento de área de livre comércio entre Mercosul e Chile para a maior parte do comércio bilateral. Além das disciplinas comerciais, o acordo contém regras sobre integração física, bem como sobre

complementação e cooperação econômica, científica e tecnológica. Em 1999, foram registrados avanços nesse acordo, com a aprovação dos regimes de Salvaguardas e de Solução de Controvérsias. Após a assinatura do Acordo, o Chile passou a ser considerado Membro Associado do Mercosul e participa das reuniões de cúpula, com representação em níveis Presidencial e Ministerial. Além disso, representantes daquele país participam de algumas reuniões de Ministros e, podem igualmente participar dos alguns foros técnicos do Mercosul como os SGTs 1(Comunicações), 2 (Mineração), 3 (Regulamentos Técnicos) e outros. Os programas de redução de tarifas previstos no Acordo são renegociados com vistas a acelerar os prazos originalmente previstos para a liberalização do comércio.

Finalmente, em relação a Bolívia foi assinado em 17 de dezembro de 1996 o Acordo de Complementação Econômica n.º 36 (ACE-36), que prevê o estabelecimento de área de livre comércio entre Mercosul e Bolívia para parte substancial do comércio até 1/1/2006, quando estará concluído o programa de desgravação tarifária geral, aplicável aos produtos originários das partes. O Acordo regula as relações comerciais e é constituído de um programa de liberalização comercial e de disciplinas comerciais específicas, tais como regime de origem; regime de salvaguardas; práticas desleais de comércio - dumping e subsídios; investimentos e dupla tributação. Após a assinatura do ACE-36, a Bolívia passou a ser considerada Membro Associado do Mercosul e participa de suas reuniões de Cúpula, com representação em níveis Presidencial e Ministerial. Após a assinatura do ACE-36, a Bolívia passou a ser considerada Membro Associado do Mercosul e participa de suas reuniões de Cúpula, com representação em níveis Presidencial e Ministerial

Vimos, então, que além dos acordos internos o Mercosul busca, através de acordos internacionais, expandir o seu comércio. Porém, apesar da importância e do empenho do bloco, muitas negociações ainda têm que ser refeitas.

Capítulo 4 : As dificuldades de consolidação do Mercosul: a necessidade de uma nova agenda.

O Mercosul viveu entre o período de 1999 a 2001 a superposição de duas crises. A primeira foi devido a forte divergência entre os modelos macroeconômicos adotados pelos dois principais membros do bloco (Brasil e Argentina) e a segunda ocorreu devido às dificuldades do bloco para fazer uma nova agenda de negociação mais complexa do que a estabelecida até 1995 (divergências de percepções e interesses entre os sócios tornaram inviável implementar a agenda de consolidação e aprofundamento definida em dezembro de 1995).

Na verdade, muitas das falhas e insuficiências do Mercosul estão relacionadas à sua dimensão de “área de livre comércio”, ou seja, à sua incapacidade para eliminar barreiras de todo tipo ao comércio de bens e serviços intra-zona e prover credibilidade ao compromisso de não impor novas barreiras a estes fluxos. À essas falhas da ALC somam-se outras que também explicam as dificuldades atuais que o Mercosul tem enfrentado, como as divergências dos modelos econômicos adotados pelos dois maiores sócios do projeto de Integração e como as diferenças de interesses entre eles. A falta de credibilidade interna e externa pela qual passa o Mercosul atualmente é resultado dos caminhos traçados pelos seus sócios para enfrentar as conjunturas internas e internacionais desfavoráveis que marcaram esses últimos anos.

A partir de 1998 assiste-se à estagnação dos níveis de interdependência entre os países do Mercosul, o que gerou crescentes incentivos para a adoção de medidas defensivas unilaterais, e, então, em junho de 2000 foi adotada uma agenda de relançamento do Mercosul (Agenda de Buenos Aires) que mostrava a visão de cada país membro em relação ao Mercosul e traduzia os esforços dos países membros para romper a situação de estancamento em que se encontrava o bloco. Apesar de ter sido uma agenda ampla e ambiciosa muito das intenções foi realizado.

Após essa crise do Mercosul muitos passaram a duvidar do seu futuro e sua importância em relação a outros acordos regionais passou a ser questionada. Novos problemas emergiram e a própria concepção do Mercosul como União Aduaneira passou a ser colocada em questão. As imperfeições existentes em relação a União Aduaneira envolvem um grande conjunto de exceções, que vão desde as chamadas listas de exceção (como no caso do açúcar) até setores inteiros com tratamentos diferenciados (como é o

caso de bens de informática), e envolvem a manutenção de diversos acordos de preferências tarifárias diferentes entre alguns membros do Mercosul e outros países latino-americanos, o que gera perfurações na aplicação da Tarifa Externa Comum. Além disso, a permanência das aduanas controlando o comércio intra-bloco e a existência de um regime de origem no Mercosul também são exemplos concretos das imperfeições da União Aduaneira. A estagnação na união aduaneira é reflexo das dificuldades que os membros vêm demonstrando de balancear os interesses domésticos com um projeto comum que conduza a ganhos efetivos de produtividade para uma inserção competitiva na economia mundial. É importante distinguir as falhas de uma área de livre comércio das falhas de uma união aduaneira uma vez que dessa distinção pode-se condicionar os projetos da agenda de relacionamento do bloco.

Até a agenda externa do bloco, que era o principal fator que mantinha a união dos quatro países, uma vez que era de interesse de todos os membros negociar internacionalmente e assim atrair investimentos e expandir suas exportações, passou a exigir compromissos mais claros e novas negociações. Isso porque, devido a crise pela qual o Mercosul passou, a sua credibilidade como bloco econômico foi afetada e, então, novas pressões sobre a coesão do bloco frente a temas como o acesso ao mercado de bens industriais e de serviços passaram a ser feitas.

Para que o Mercosul volte a ter um papel importante é necessária uma revisão do processo de integração visando o desenvolvimento e crescimento de cada país membro. É essencial, então uma nova agenda de negociação que discuta temas que ainda estão em aberto no Projeto de Integração.

A partir de 2002 as perspectivas para a superação da crise do Mercosul melhoraram. Isso porque, a partir desse ano as novas condições políticas e econômicas nos dois sócios maiores citados acima trazem novas oportunidades para a reconstrução do modelo de integração que podem trazer a sua credibilidade de volta. Em um contexto de retomada do crescimento econômico e de uma provável convergência de políticas macroeconômicas, as vantagens de desenvolver melhor o Mercosul como União Aduaneira deverão se tornar mais claras. Porém o Mercosul ainda apresenta algumas dificuldades para o seu aprofundamento e implementação. As divergências entre Brasil e Argentina em relação a áreas importantes da política econômica interna e externa é um dos principais fatores que dificultam o avanço do Projeto e, embora a mudança no regime cambial na Argentina tenha propiciado uma aproximação dos regimes cambiais do Mercosul, as

diferentes estratégias adotadas pelos países em relação às políticas fiscais e à administração de suas dívidas tornaram difícil avançar em programas de coordenação macroeconômica. É importante ressaltar que essas dificuldades se manifestam no campo das negociações de disciplinas comerciais, mas elas se acentuam quando envolvem temas que abrangem as políticas domésticas adotadas pelos países membros do bloco.

Outro fator que também vem dificultando a implementação de uma nova agenda é o fato de que a sua ampliação está ocorrendo junto com o crescimento do “déficit institucional” (falta de credibilidade do projeto, ineficiência de um sistema de produção de normas e a fragilidade do mecanismo que deveria obrigar os Estados nacionais a cumprir as regras acordadas).

A dificuldade de implementação de uma nova agenda é efeito, dentre outros fatores, das diferenças de tamanho, de estrutura econômica e de um mercado doméstico entre os países-membros do Mercosul que produzem relações de interdependência assimétrica entre eles. Isso ocorre porque países menores dependem mais do que os maiores dos mercados dos países vizinhos uma vez que possuem um mercado consumidor interno menor. Além disso são muito mais afetados pelas decisões de política econômica dos sócios grandes do que ocorre na direção inversa. Portanto, os incentivos e necessidades que cada país possui para incluir determinados temas na agenda variam significativamente: em princípio, os países maiores têm menos incentivos para incluir na agenda temas que reduzam a autonomia nacional na área de política econômica, enquanto os países menores tendem a favorecer propostas nesta direção. O Brasil, por exemplo, que é um país que apresenta uma economia mais diversificada e um mercado interno importante, tem interesse em uma política comercial que procure dar proteção para os seus produtores domésticos e dar acesso preferencial aos produtos dos demais sócios para a quase totalidade dos setores. Para os países menores, como o Uruguai, por exemplo, o custo de manter tarifas mais elevadas para bens de investimento e insumos deveria ser compensado pelo acesso privilegiado aos mercados dos sócios maiores e pela possibilidade de atrair investimentos voltados para o mercado ampliado.

A construção de uma nova agenda também foi dificultada devido as fases de desequilíbrio econômico e crises agudas pelas quais passaram Brasil e Argentina. Passando por momentos como esses, ambos os países estavam preocupados em recuperar a sua economia e suas atenções eram voltadas para tratar de temas como a sua vulnerabilidade externa, a percepção dos investidores estrangeiros e a continuidade dos fluxos de

financiamento externo, não tendo, então, incentivos para discutir assuntos que envolvessem o aprofundamento do Mercosul. Na verdade, independente da existência do bloco os países-membros já sofriam de um déficit institucional “doméstico”, que limitava as suas capacidades para tornar efetivas suas próprias legislações e regulamentações.

A metodologia do Mercosul também contribuiu para tornar particularmente difícil o enfrentamento dos desafios do aprofundamento do processo. Isso porque os tratados iniciais do bloco eram muito ambiciosos em relação a seus objetivos e eram imprecisos em relação aos métodos e prazos para atingi-los. Porém é nítido que para um desenvolvimento positivo o bloco precisa de uma nova agenda e de novas regras que devem ser cumpridas. A tensão na escolha entre os caminhos a percorrer vem sendo intensificada pela pressão da agenda externa do bloco, em especial pelas negociações no âmbito da ALCA, principalmente depois da mudança do regime cambial na Argentina.

Para fortalecer o Mercosul, é fundamental atuar, pelo menos, nesses cinco tópicos que serão citados abaixo.

- Agenda da “limpeza de mesa” : basear-se-ia na eliminação das restrições comerciais que ainda existem no bloco e impedem o livre comércio entre os países membros. Essas restrições podem ser medidas antidumpings, barreiras não tarifárias ou salvaguardas. Mas isso não seria suficiente caso os países não se comprometessem a não introduzir novas restrições e a implementar, dentro um prazo acordado entre eles, novas medidas que assegurassem a livre circulação de bens.
- Agenda da institucionalização: essa agenda afirma que o Mercosul deve fazer novos progressos para se consolidar como um bloco e, assim melhorar o desenvolvimento comercial dos países membros. E, para isso, deve-se criar uma Secretaria Técnica do Mercosul que possa dar apoio técnico as negociações internas e externas do bloco.
- Agenda da Implementação: estabelece que Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai deveriam ratificar os compromissos que já foram estabelecidos e acordados entre eles mas que até agora não entraram em vigor devido ao não cumprimento por parte desses países das regras existentes.
- Agenda das negociações externas: visa a manutenção dos acordos com a U.E ,dos acordos em relação a ALCA e das negociações com a OMC. Em relação à ALCA e a U.E o avanço das negociações de acesso aos mercados pode criar a oportunidade para que o Mercosul discuta internamente a racionalização da Tarifa Externa

Comum. É importante manter a coesão dessa agenda, mantendo, assim a unidade do bloco pois isso aumenta o poder de negociação de cada um dos países membros.

- A agenda estratégica do projeto de integração: os Estados-membros devem empenhar-se intensamente no resgate da dimensão estratégica do projeto de integração. Devem ganhar importância os temas relacionados à coesão econômica e social do projeto de integração, bem como o tratamento das assimetrias e diferenças de níveis de desenvolvimento.

Além disso, é importante também criar mecanismos que diminuam os efeitos no comércio de flutuações nas paridades cambiais e implementar programas de coordenação macroeconômica (um acordo em torno do mecanismo de salvaguardas e um instrumento com regras bem definidas poderiam desempenhar um papel importante contra lobbies setoriais protecionistas e contribuiria para uma maior estabilidade do bloco). É necessário também concluir o acordo sobre as Compras Governamentais, elaborar mecanismos de financiamentos que possibilitem a implementação de projetos de infra-estrutura, revisar o regime de origem Mercosul uma vez que uma União Aduaneira perfeita não deveria precisar de um regime de origem, implementar instrumentos complementares para a consolidação da União Aduaneira (como a criação de um código aduaneiro comum) e adotar um mecanismo de salvaguardas, que possua regras definidas e facilite o comércio intra-bloco.

O encontro ocorrido em Assunção em 18 de junho de 2003 serviu para mostrar que os países estão tentando fazer um esforço de retomada da agenda interna do bloco para, assim, recuperar o projeto de integração. Nesse encontro surgiram três elementos que mostraram a direção que os governos pretendem dar ao bloco. O primeiro se refere a essência do modelo de integração, reafirmando o compromisso com o projeto inicial mas reconhecendo as diversas dificuldades do bloco e as necessidades de tratar estas questões. O segundo se refere a coesão em torno de uma agenda externa de negociação comercial, admitindo flexibilidades e buscando não prejudicar os processos produtivos de nenhum dos quatro sócios. E o terceiro seria a afirmação de dar prioridade à integração da América do Sul. Apesar desse encontro não ter produzido nenhum documento com propostas detalhadas sobre como seguir os caminhos propostos, a sua importância deve-se ao fato da reafirmação do interesse por um projeto de integração profundo.

Durante o ano de 2004 a presença de recorrentes dificuldades para definir as agendas de negociação persistiu. Frente a estas dificuldades, as negociações têm evoluído principalmente na área de regras que não estão sendo seguidas corretamente pelos países devido as divergências de interesses entre eles e nos temas não diretamente comerciais (investimentos, por exemplo). Porém, os países membros também acham importante a necessidade de integrar o tema do desenvolvimento à agenda de negociações e assuntos referentes as quotas que ainda persistem no comércio interno do bloco.

Considerações Finais

O Capitalismo está num estágio que pede a evolução do comércio internacional, e esse processo seria impossível ocorrer dentro dos limites de um país ou de uma região pequena.

O Mercosul é hoje uma realidade econômica de dimensões continentais. Ele soma uma área total de pouco menos de 12 milhões de quilômetros quadrados (o que corresponde a mais de quatro vezes a União Européia) e representa um mercado potencial de mais de 200 milhões de habitantes e um PIB acumulado de mais de 1 trilhão de dólares, o que o coloca entre as quatro maiores economias do mundo, logo atrás do Nafta, União Européia e Japão.

Esse Projeto de Integração passou por fases difíceis na transição, desde a criação da zona de livre comércio até união aduaneira, em vigor desde 1995. O objetivo final desse projeto é a constituição do mercado comum único que exigirá, ainda, muitos sacrifícios e concessões dos participantes. Para consolidar um bloco econômico respeitado no plano internacional, é fundamental que, num prazo razoável de tempo, se consiga integrar todos os setores da economia, unificar políticas, harmonizar legislações, demonstrar e ampliar vínculos sociais, culturais e políticos, enfim, concretizar uma série de medidas práticas, criando-se inclusive uma moeda única.

É preciso mais do que nunca que os quatro países membros se comprometam com o Projeto de Integração e conciliem suas diferenças, pesquisem os caminhos comuns e estabeleçam agendas de negociações que não venham a prejudicar nenhum dos integrantes e que levem a um melhor desenvolvimento do bloco. Isso porque, em um mundo regido pela formação de grandes blocos econômicos, o Mercosul ainda é uma das melhores opções desses países para encarar o competitivo mercado mundial, uma vez que Mercosul não visa somente um aumento do comércio interno do bloco, isolando os seus membros do resto do mundo, mas sim o fortalecimento dos seus integrantes para que esses possam competir com outros países e blocos econômicos.

Bibliografia:

www.mercosul.gov.br

www.amcham.org.br

www.funcex.com.br

www.cebri.org.br

www.mre.gov.br

“Mercosul: em busca de una nueva agenda” – Pedro da Motta Veiga

“Mercosul: em busca de una nueva agenda” – Sandra Polônia Rios

“Mercosul em sua primeira década(1991 a 2001): uma avaliação política a partir do Brasil” – Paulo Roberto de Almeida

“El desafio de integrarse para crescer” – Daniel Chudnovsky e José Maria Fanella

Considerações Finais

O Capitalismo está num estágio que pede a evolução do comércio internacional, e esse processo seria impossível ocorrer dentro dos limites de um país ou de uma região pequena.

O Mercosul é hoje uma realidade econômica de dimensões continentais. Ele soma uma área total de pouco menos de 12 milhões de quilômetros quadrados (o que corresponde a mais de quatro vezes a União Européia) e representa um mercado potencial de mais de 200 milhões de habitantes e um PIB acumulado de mais de 1 trilhão de dólares, o que o coloca entre as quatro maiores economias do mundo, logo atrás do Nafta, União Européia e Japão.

Esse Projeto de Integração passou por fases difíceis na transição, desde a criação da zona de livre comércio até união aduaneira, em vigor desde 1995. O objetivo final desse projeto é a constituição do mercado comum único que exigirá, ainda, muitos sacrifícios e concessões dos participantes. Para consolidar um bloco econômico respeitado no plano internacional, é fundamental que, num prazo razoável de tempo, se consiga integrar todos os setores da economia, unificar políticas, harmonizar legislações, demonstrar e ampliar vínculos sociais, culturais e políticos, enfim, concretizar uma série de medidas práticas, criando-se inclusive uma moeda única.

É preciso mais do que nunca que os quatro países membros se comprometam com o Projeto de Integração e conciliem suas diferenças, pesquisem os caminhos comuns e estabeleçam agendas de negociações que não venham a prejudicar nenhum dos integrantes e que levem a um melhor desenvolvimento do bloco. Isso porque, em um mundo regido pela formação de grandes blocos econômicos, o Mercosul ainda é uma das melhores opções desses países para encarar o competitivo mercado mundial, uma vez que Mercosul não visa somente um aumento do comércio interno do bloco, isolando os seus membros do resto do mundo, mas sim o fortalecimento dos seus integrantes para que esses possam competir com outros países e blocos econômicos.